

Gestão 2024-2026

Procurador-Geral de Justiça
Romão Avila Milhan Junior
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Legislativa
Camila Augusta Calarge Doreto
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siuffi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Luiz Gustavo Camacho Terçariol
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2014 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 3494/2024-PGJ, DE 4.7.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Nomear o Procurador de Justiça Helton Fonseca Bernardes para exercer o cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, eleito pelo colendo Colégio de Procuradores de Justiça para o biênio de 2024/2026.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3461/2024-PGJ, DE 2.7.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Arthur Dias Junior para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante os Autos nº 0000170-68.2020.8.12.0031, em trâmite na 1ª Vara da comarca de Caarapó.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3468/2024-PGJ, DE 2.7.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Alexandre Pinto Capiberibe Saldanha para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante os Autos nº 0823103-53.2024.8.12.0001, em trâmite na 3ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2937/2024-PGJ, DE 18.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares à Procuradora de Justiça Mara Cristiane Crisóstomo Bravo, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos de 11 a 30.7.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72/1994 (PGA nº 09.2024.00005564-2).

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3473/2024-PGJ, DE 2.7.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Eduardo de Araujo Portes Guedes para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a sessão plenária do Tribunal do Júri da comarca de Dois Irmãos do Buriti, no julgamento dos Autos nº 0800573-64.2022.8.12.0053, em 17.7.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2971/2024-PGJ, DE 18.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares à Promotora de Justiça Angelica de Andrade Arruda, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, que seriam usufruídos de 15.8 a 3.9.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72/1994 (PGA nº 09.2024.00005632-0).

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2969/2024-PGJ, DE 18.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Procurador de Justiça Paulo Cezar dos Passos, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos de 11 a 30.7.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72/1994 (PGA nº 09.2024.00005608-5).

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3463/2024-PGJ, DE 2.7.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves 1 (um) dia de folga compensatória em 28.6.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3464/2024-PGJ, DE 2.7.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Plínio Alessi Junior 4 (quatro) dias de folga compensatória de 1º a 4.7.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3465/2024-PGJ, DE 2.7.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Plínio Alessi Junior 1 (um) dia de folga compensatória em 5.7.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 2023/2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2938/2024-PGJ, DE 18.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Jorge Ferreira Neto Júnior, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos de 29.7 a 17.8.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72/1994 (PGA nº 09.2024.00005604-1).

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3462/2024-PGJ, DE 2.7.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Luiz Gustavo Camacho Terçarior 1 (um) dia de folga compensatória em 28.6.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça



PORTARIA Nº 3460/2024-PGJ, DE 2.7.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Alexandre Rosa Luz 1 (um) dia de folga compensatória em 5.7.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2880/2024-PGJ, DE 17.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias ao membro do Ministério Público abaixo nominado, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72/1994, conforme segue (PGA nº 09.2024.00005446-5):

MEMBRO	PERÍODO AQUISITIVO	TIPO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Bianka Karina Barros da Costa	2014/2015	Remanescentes	1	11 a 30.7.2024
	2017/2018	Remanescentes	9	
	2023/2024	Regulamentares	10	

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2975/2024-PGJ, DE 18.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Alexandre Pinto Capiberibe Saldanha, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos de 25.7 a 13.8.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72/1994 (PGA nº 09.2024.00005637-4).

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3472/2024-PGJ, DE 2.7.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E:

Designar o Promotor de Justiça Amilcar Araujo Carneiro Junior para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante os Autos nº 0900013-89.2022.8.12.0002, em trâmite na 3ª Vara Cível da comarca de Dourados.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3471/2024-PGJ, DE 2.7.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Ana Cristina Carneiro Dias para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante os autos do Inquérito Civil nº 06.2020.00000388-2, em trâmite na 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas; e revogar a Portaria nº 3003/2023-PGJ, de 15.6.2023, que designou o Promotor de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3470/2024-PGJ, DE 2.7.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Érica Rocha Espindola para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante os Autos nº 0832800-69.2022.8.12.0001, em trâmite na 3ª Vara da Fazenda Pública e de Registros Públicos da comarca de Campo Grande.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2974/2024-PGJ, DE 18.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Andre Luiz de Godoy Marques, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos de 14.10 a 2.11.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72/1994 (PGA nº 09.2024.00005636-3).

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2973/2024-PGJ, DE 18.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Allan Carlos Cobacho do Prado, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos de 5 a 24.8.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72/1994 (PGA nº 09.2024.00005634-1).

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3469/2024-PGJ, DE 2.7.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E:

Designar o Promotor de Justiça Alexandre Estuqui Junior para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante os autos do Inquérito Civil nº 06.2023.0000093-1, em trâmite na 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2972/2024-PGJ, DE 18.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E:

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares à Promotora de Justiça Cíntia Giselle Gonçalves Latorraca, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos de 11 a 30.7.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72/1994 (PGA nº 09.2024.00005633-0).

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2936/2024-PGJ, DE 18.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E:

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao Procurador de Justiça Antonio Siufi Neto, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos de 11.7 a 9.8.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72/1994 (PGA nº 09.2024.00005562-0).

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3396/2024-PGJ, DE 28.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E:

Nomear Ana Flávia de Almeida Oliveira para exercer o cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6.12.2011.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça



PORTARIA Nº e-784/2024/PGJ, DE 1.7.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias e a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Procurador(a) de Justiça Olavo Monteiro Mascarenhas, nos termos dos artigos 144 e 149, §1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	1 a 10.7.2024	ABONO	NÃO
2019/2020	3	30.9 a 2.10.2024	GOZO	NÃO
2017/2018	5	3 a 7.10.2024	GOZO	NÃO
2020/2021	3	8 a 10.10.2024	GOZO	NÃO

ROMAO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-870/2024 - PGJ, DE 4.7.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao(à) Procurador(a) de Justiça Marigô Regina Bittar Bezerra 5 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 1º a 5.7.2024, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ROMAO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-871/2024 - PGJ, DE 4.7.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Antonio André David Medeiros 1 (um) dia de licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 25.6.2024, nos termos dos artigos 139, inciso III, e 151 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994.

ROMAO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-872/2024 - PGJ, DE 4.7.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde, no período de 27.6.2024, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ROMAO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° e-873/2024-PGJ, DE 4.7.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Edival Goulart Quirino 8 (oito) dias de licença por luto, no período de 24.6 a 1.7.2024, nos termos dos artigos 139, inciso VIII, e 156 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994.

ROMAO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-874/2024 - PGJ, DE 4.7.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Wilson Canci Junior 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde, no período de 24.6.2024, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ROMAO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-875/2024 - PGJ, DE 4.7.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Karina Ribeiro Dos Santos Vedoatto 5 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 25 a 29.6.2024, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ROMAO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-877/2024 - PGJ, DE 4.7.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Antonio Andre David Medeiros 2 (dois) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 17 a 18.6.2024, nos termos dos artigos 139, inciso III, e 151 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994.

ROMAO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça



PORTARIA Nº e-878/2024 - PGJ, DE 4.7.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Gilberto Carlos Altheman Junior 5 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 10 a 14.6.2024, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ROMAO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-933/2024/PGJ, DE 4.7.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Bolivar Luis da Costa Vieira, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	1 a 10.7.2024	ABONO	NÃO

ROMAO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-935/2024/PGJ, DE 4.7.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Bianka Karina Barros da Costa, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	1 a 10.7.2024	ABONO	NÃO

ROMAO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-936/2024/PGJ, DE 4.7.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Allan Carlos Cobacho do Prado, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	1 a 10.7.2024	ABONO	NÃO

ROMAO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça



PORTARIA Nº e-937/2024/PGJ, DE 4.7.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Luciana Moreira Schenk, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	1 a 10.7.2024	ABONO	NÃO

ROMAO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-938/2024/PGJ, DE 4.7.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Procurador(a) de Justiça Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	1 a 10.7.2024	ABONO	NÃO

ROMAO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-939/2024/PGJ, DE 4.7.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Luciana do Amaral Rabelo, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	1 a 10.7.2024	ABONO	NÃO

ROMAO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-940/2024/PGJ, DE 4.7.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Procurador(a) de Justiça Luis Alberto Safrader, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	1 a 10.7.2024	ABONO	NÃO

ROMAO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça



PORTARIA Nº e-941/2024/PGJ, DE 4.7.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Luz Marina Borges Maciel Pinheiro, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	1 a 10.7.2024	ABONO	NÃO

ROMAO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-942/2024 - PGJ, DE 4.7.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Aline Mendes Franco 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 17.5 a 15.6.2024, em prorrogação, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ROMAO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-934/2024/PGJ, DE 4.7.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Celso Antonio Botelho de Carvalho, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	1 a 10.7.2024	ABONO	NÃO

ROMAO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº e-867/2024/PGJ, DE 3.7.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Maria Gabriela Alves Ferreira, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas de 4 a 13.9.2024, de 20 a 29.11.2024 e de 9 a 18.4.2025, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-868/2024/PGJ, DE 3.7.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Gissela Mie Kobayashi Trachta, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas de 9 a 18.9.2024 e de 18 a 27.11.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 26.8 a 4.9.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-869/2024/PGJ, DE 3.7.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Terezinha de Jesus Nantes Ferreira, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas de 5 a 14.3.2025 e de 15 a 24.9.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 23.8 a 1.9.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-943/2024/PGJ, DE 4.7.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-265/2024-PGJ, de 4.3.2024, que concedeu férias à servidora Monike Gomes da Gama, de forma que, onde consta: "ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas de 7 a 16.8.2024", passe a constar: "ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas de 14 a 23.10.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-944/2024/PGJ, DE 4.7.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-371/2024-PGJ, de 27.3.2024, que concedeu férias à servidora Marina Sahib Aguilar, de forma que, onde consta: "ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas de 16 a 25.9.2024", passe a constar: "ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas de 18 a 27.9.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-945/2024/PGJ, DE 4.7.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-188/2024-PGJ, de 16.2.2024, que concedeu férias à servidora Fabiola Marcia Shimabukuro Ninno, de forma que, onde consta: "ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas de 27.8 a 5.9.2024", passe a constar: "ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas de 19 a 28.2.2025", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-946/2024/PGJ, DE 4.7.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-251/2024-PGJ, de 4.3.2024, que concedeu férias ao servidor Caio Vitor Marques Alves, de forma que, onde consta: "ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas de 16 a 25.9.2024 e de 18 a 27.11.2024", passe a constar: "ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas de 14 a 23.10.2024 e de 6 a 15.3.2025", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-947/2024/PGJ, DE 4.7.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-77/2024-PGJ, de 29.1.2024, que concedeu férias à servidora Maria Aparecida de Oliveira Santana Franca, de forma que, onde consta: "ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas de 21 a 30.10.2024", passe a constar: "ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas de 29.7 a 7.8.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-948/2024/PGJ, DE 4.7.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-289/2024-PGJ, de 8.3.2024, que concedeu férias ao servidor Brauner Murilo de Melo Biscoli, de forma que, onde consta: "ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas de 2 a 11.9.2024", passe a constar: "ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas de 7 a 16.10.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-949/2024/PGJ, DE 4.7.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-238/2024-PGJ, de 26.2.2024, que concedeu férias à servidora Thais da Silva Rodrigues, de forma que, onde consta: "ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas de 27.8 a 5.9.2024", passe a constar: "ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas de 7 a 16.1.2025", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-950/2024/PGJ, DE 4.7.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1168/2023-PGJ, de 17.10.2023, que concedeu férias à servidora Eliani Soares Rodrigues, de forma que, onde consta: "ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas de 8 a 17.7.2024", passe a constar: "ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas de 17 a 26.7.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-955/2024/PGJ, DE 4.7.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Erica Nascimento Arakaki, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas de 4 a 13.11.2024 e de 5 a 14.5.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 23.8 a 1.9.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-956/2024/PGJ, DE 4.7.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Marcelo Mendes do Amaral, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas de 14 a 23.10.2024 e de 6 a 15.3.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 2 a 11.12.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-957/2024/PGJ, DE 4.7.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Geisa Jacob Gomes de Almeida, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas de 9 a 18.9.2024 e de 14 a 23.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 24.9 a 3.10.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-565/2024/PGJ, DE 23.5.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024 ,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Gleydson Urbano de Almeida, por meio da Portaria nº e384/2024-PGJ, de 27.3.2024, que seriam usufruídas no período de 20 a 29.5.2024, a serem usufruídas no período de 16 a 25.8.2024, em razão de licença para tratamento de saúde, nos termos do artigo 10, inciso I, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° e-951/2024/PGJ, DE 4.7.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E : Conceder à servidora Ruth Dayana da Rosa Vera, ocupante do cargo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 6.5 a 4.6.2024, em prorrogação, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, inciso II, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° e-952/2024/PGJ, DE 4.7.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Gleydson Urbano de Almeida, ocupante do cargo de Técnico I, símbolo MPTE201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 90 (noventa) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 18.5 a 15.8.2024, em prorrogação, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132, 136, 144 e 178, inciso VII, da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, inciso II, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° e-953/2024/PGJ, DE 4.7.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Marcos Neves Papi, ocupante do cargo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 25.6 a 24.7.2024, em prorrogação, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, inciso II, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO COLENDO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, EM REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2024.

7. Processos das Comissões:

7.1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2024.00004464-5

Requerente: Procurador-Geral de Justiça

Assunto: Minuta de Resolução que transforma um cargo de Analista Engenharia da Computação em um cargo de Analista-Informática/Desenvolvimento de Sistemas.

Comissão de Assuntos Administrativos e Financeiros: Procuradores de Justiça Nilza Gomes da Silva, Presidente; Antonio Siuffi Neto, Membro; e Edgar Roberto Lemos de Miranda, Secretário.

Deliberação: *O Colégio de Procuradores de Justiça, à unanimidade, aprovou a minuta de resolução que transforma um cargo de Analista de Engenharia da Computação em um cargo de Analista-Informática/Desenvolvimento de Sistemas, nos termos do voto da Comissão de Assuntos Administrativos e Financeiros.*

7.2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2024.00004809-6

Assunto: Minuta de Resolução que altera a Resolução nº 18/2010-PGJ, que fixa as atribuições das Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, para o fim de redefinir as atribuições das Promotorias de Justiça da comarca de Dourados.

Comissão de Regimento e Normas: Procuradores de Justiça Francisco Neves Júnior, Presidente; Mara Cristiane Crisóstomo Bravo, Membro; e Silasneiton Gonçalves, Secretário.

Deliberação: *O Colégio de Procuradores de Justiça, à unanimidade, aprovou a edição de resolução para alteração da redação da Resolução nº 18/2010-PGJ, a fim de estabelecer a redistribuição das atribuições das Promotorias de Justiça de Dourados, bem como a adequação as novas denominações das Varas Judiciais da comarca de Dourados, com a supressão do art. 4º da minuta, pág. 88-91, nos termos do voto da Comissão de Regimento e Normas.*

8. Processos:

8.1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2024.00005312-2

Assunto: Análise da necessidade de adequação da Resolução nº 016/2010-PGJ, de 23 de agosto de 2010, que dispõe sobre a escala de substituição automática dos membros do Ministério Público de primeira instância, e dá outras providências.

Deliberação: *O Colégio de Procuradores de Justiça, à unanimidade, aprovou a minuta de resolução que dispõe sobre a escala de substituição automática dos membros do Ministério Público de primeira instância.*

8.2. Procedimento incluído na pauta:

Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2024.00004853-0

Deliberação: *O Colégio de Procuradores de Justiça, à unanimidade, aprovou o pedido da Associação Sul Mato Grossense do Ministério Público.*

9. Assuntos Institucionais:

9.2. Ofício nº 0203/2024/CGMP/MS, de 26.4.2024, no qual o Corregedor-Geral do Ministério Público, Silvio Cesar Maluf, em cumprimento aos artigos 18, inciso XI e 172, da Lei Complementar nº 72/94, encaminha o Relatório Circunstanciado das Correições Ordinárias, previstas no Aviso nº 01/CGMP/2024, publicado no DOMP nº 3.055, de 30/01/2024, realizadas nas Promotorias de Justiça das comarcas de Angélica, Coxim, São Gabriel do Oeste, Pedro Gomes, Rio Verde de Mato Grosso, Rio Negro, Sonora, Maracaju, Porto Murtinho, Corumbá, Ivinhema, Cassilândia, Ponta Porã, Chapadão do Sul e Bela Vista, para conhecimento.

Deliberação: *O Colégio de Procuradores de Justiça, à unanimidade, tomou conhecimento do Ofício nº 0203/2024/CGMP/MS, sem ressalvas.*

9.3. Referendar a concessão de diárias ao Procurador-Geral de Justiça, à época, Alexandre Magno Benites de Lacerda (PGA nº 09.2024.00002449-3).

Deliberação: *O Colégio de Procuradores, à unanimidade, referendou a concessão de diárias ao Procurador-Geral de Justiça, à época, Alexandre Magno Benites de Lacerda.*

**9.4. Referendar a Portaria a seguir:**

1. Portaria nº 2309/2024-PGJ, de 10.5.2024, concedeu ao Procurador de Justiça Silvio Cesar Maluf, atualmente exercendo o cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, 10 (dez) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas de 3 a 12.6.2024, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72/1994.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, referendou a Portaria acima mencionada.

Campo Grande, 3 de julho de 2024.

ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores de Justiça

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**AVISO Nº 019/2024-SGP****I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, MPMS, por intermédio da Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **CONVOCA apenas** os candidatos **nominalmente listados** no tópico I – **CONVOCAÇÃO**, deste **Aviso nº 019/2024-SGP**, para entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

Os candidatos nominalmente elencados no tópico I – **CONVOCAÇÃO** foram aprovados no I Processo de Seletivo de Estagiários e Residentes do MPMS, homologado por meio do **AVISO Nº 001/2023/CPS-IPSER-MPMS**, de 27 de outubro de 2023, publicado no **DOMP nº 3.006**, de 30 de outubro de 2023.

Os candidatos convocados (abaixo listados no tópico I – **CONVOCAÇÃO**) deverão, **com a maior brevidade possível**, enviar e-mail para estagiariosadm@mpms.mp.br a fim de *manifestar interesse no exercício do estágio ou da residência*, ou pedir *transposição para o final da lista de aprovados*, ou, por fim, indicar a *desistência formal*; cabendo aos candidatos exclusivamente convocados por este Aviso, **que vierem a apresentar Manifestação de Interesse no Estágio ou Residência**, o compromisso de **encaminhar os documentos relativos ao credenciamento, para o e-mail estagiariosadm@mpms.mp.br até o dia 12 de julho de 2024.**

Os documentos a serem encaminhados para o e-mail estagiariosadm@mpms.mp.br estão relacionados no Capítulo XI do **EDITAL Nº 1/2023-IPSER-MPMS**, de 06 de junho de 2023, publicado no **DOMP nº 2.912**, de 07 de junho de 2023, e especificados ao final deste Aviso (**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**).

Os documentos originais deverão permanecer sob guarda dos candidatos para eventuais conferências que se fizerem necessárias.

I – CONVOCAÇÃO**1. COMARCA DE CAARAPÓ**

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Caarapó, situada na Avenida D. Pedro II, 1730 - Vila Planalto, Caarapó - MS.
ENSINO MÉDIO - ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
9º	ANA JULIA DUARTE NETO DE LIMA

2. COMARCA DE CAMPO GRANDE

Local: Secretaria de Gestão de Pessoas, situada na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande - MS.

ADMINISTRAÇÃO - RESIDÊNCIA NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
37º	THALITA BONFIM DE ANDRADE



3. COMARCA DE MIRANDA

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Miranda, situada na Rua General Amaro Bittencourt, 935 - Centro, Miranda - MS.

ENSINO MÉDIO - ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
5º	ARLIANA BALBINO PIRES

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:

- 1) Digitalização (colorida) ou Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
- 2) 1 (uma) fotografia, 3x4 recente e colorida;
- 3) Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio ou programa de residência, por meio de anamnese e exame físico;
- 4) Certidão de inexistência de antecedentes criminais das localidades onde o candidato houver residido nos últimos 5 (cinco) anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual, e pelas Polícias Federal e Estadual;
- 5) Declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 42 e 50 da Resolução nº 15/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução CNMP nº 42 para os estagiários e de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 29, inciso II, e 31 da Resolução nº 53/2022-PGJ para os residentes (modelo será encaminhada para o e-mail do candidato convocado);
- 6) Ficha de Cadastro (que será encaminhada para o e-mail do candidato convocado);
- 7) Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político (modelo será encaminhada para o e-mail do candidato convocado);
- 8) Autodeclaração de raça ou cor (arquivo será encaminhado para o e-mail do candidato convocado);
- 9) Comprovante de conta-corrente no Banco do Brasil S/A;
- 10) Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, conveniada com o MPMS, constando obrigatoriamente as seguintes informações, conforme o caso (não serão aceitos documentos que não contenham todas as informações especificadas):
 - I - curso de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado), desenvolvido em uma das áreas de conhecimento especificadas: datas de início e término do curso e carga horária total (documento específico para candidatos de Residência que tiverem mais de 5 anos de formado);
 - II - curso de graduação: ano letivo, turno, semestre, número de dependências de disciplinas (se houver) e a data prevista para conclusão do curso, sendo que a declaração de matrícula do acadêmico de Graduação deve ser acompanhada pelo Histórico Escolar;
 - III - ensino médio: ano letivo, turno, semestre e data prevista para conclusão desse nível de ensino;
- 11) Diploma ou outro documento comprobatório que ateste não possuir o residente mais de 5 (cinco) anos de conclusão do curso de graduação, nos termos do art. 2º, *caput*, da Resolução CNMP nº 246 (documento específico para candidatos de Residência).

Em caso de dúvidas, favor ligar para (67) 3318-2183.

Campo Grande, 04 de julho de 2024.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE****RECOMENDAÇÃO N.º 0002/2024/49PJ/CGR**

CONSIDERANDO a existência do Inquérito Civil n.º 06.2022.00000505-5, instaurado para *"Apurar a ocorrência de eventuais irregularidades no âmbito da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Campo Grande/MS (órgão interno da Fundação Carmem Prudente de Mato Grosso do Sul – FCPMS)"*;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme disposto no artigo 127, *caput*, da Constituição Federal, devendo atuar como Fiscal da Lei;

CONSIDERANDO que a Lei Federal n.º 8.625/1993 estabelece, em seu artigo 27, que cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, e no exercício das atribuições a que se refere esse artigo, cabe, entre outras providências, expedir recomendações dirigidas aos órgãos e entidades mencionadas no *caput* desse artigo, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito;

CONSIDERANDO que a Resolução n.º 018/2010-PGJ, em seu artigo 9º, inciso II, atribuiu à 49ª Promotoria de Justiça, como Promotoria de Justiça do Patrimônio Público, das Fundações e das Entidades de Interesse Social, o exercício de *"todas as funções do Ministério Público relativas a Fundações e entidades do Terceiro Setor"*;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público, por meio da 49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social apurar eventual ato de improbidade administrativa e/ou dano ao erário na atuação das Fundações, Associações e entidades de Terceiro Setor;

CONSIDERANDO que o Decreto-lei n.º 41, de 18 de novembro de 1966, autoriza que o Ministério Público requeira, quando for o caso, a dissolução judicial das sociedades civis de fins assistenciais que recebam auxílio ou subvenção do Poder Público ou se mantenham, no todo ou em parte, com contribuições periódicas de populares;

CONSIDERANDO que as atividades da Fundação Carmem Prudente de Mato Grosso do Sul (FCPMS), por intermédio da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Campo Grande/MS, estão abarcadas na Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), em seu artigo 2º, como entidade privada sem fins lucrativos que receba, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres;

CONSIDERANDO que a Lei n.º 12.846/2013, dispondo sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, prevê em seu artigo 5º que constituem atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, para os fins desta Lei, todos aqueles que atentem contra princípios da administração pública;

CONSIDERANDO que a pesquisa prévia de preços é instrumento sadio de controle e fiscalização, exercendo papel precípua ao limitar o arbítrio do Estado e dos particulares, impondo teto de gasto para as aquisições lastreado nas regras de mercado vigentes;

CONSIDERANDO que, pelo acima exposto, deve a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Campo Grande/MS, mantida e orientada pela Fundação Carmem Prudente de Mato Grosso do Sul (FCPMS), realizar Processo de Escolha, divulgando a intenção de contratar produtos ou serviços, efetivando a seleção por meio de critérios predefinidos, de modo a oportunizar a participação da pluralidade de interessados, a fim de que surjam as melhores propostas para a utilização dos recursos públicos recebidos;



CONSIDERANDO que a entidade em comento recebe repasses oriundos do erário para manutenção das suas atividades, devendo, na aplicação de recursos dessa natureza, pautar sua administração nos princípios administrativos que regem a administração pública;

CONSIDERANDO que entre outros aspectos, o velamento das entidades do Terceiro Setor por esta Curadoria abrange todas as ações necessárias para a verificação de que seus órgãos dirigentes estão realizando gestão proveitosa do patrimônio oriundo dos cofres públicos;

CONSIDERANDO, ainda, a lição de José Eduardo Sabo Paes sobre a Lei de Acesso à Informação – Lei n.º 12.527/2011 – e sua aplicação às entidades privadas sem fins lucrativos: *"A novel lei terá suas disposições aplicadas, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres (art. 2.º da Lei n.º 12.527/2011)".¹*

CONSIDERANDO que, em atenção aos argumentos alinhavados, a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Campo Grande – MS, sob a manutenção e orientação da Fundação Carmem Prudente de Mato Grosso do Sul (FCPMS), deverá implementar um Portal da Transparência, no qual constará a divulgação de prestação de contas, relatórios, balancetes e demais documentos públicos deste órgão interno da entidade, de modo a oportunizar a consulta por qualquer pessoa do povo, a fim de que seja efetivamente fiscalizada a utilização dos recursos públicos recebidos pela instituição;

CONSIDERANDO o princípio da eficiência, não cabendo apenas realizar o serviço, mas fazê-lo de modo a conseguir o melhor resultado possível, o qual só poderá ser conferido pelos cidadãos com o respectivo acesso aos documentos públicos da instituição;

CONSIDERANDO que eventual contratação realizada de forma direta ofende, em tese, os Princípios da Impessoalidade, da Moralidade Administrativa, da Economicidade e da Eficiência;

CONSIDERANDO que o controle patrimonial no Terceiro Setor funciona como nas empresas funciona como nas empresas privadas e nos órgãos públicos, do qual o objetivo é gerenciar de modo organizado todo o patrimônio da instituição, seja ele formado por ativos tangíveis, como equipamentos e outros objetos físicos, seja por intangíveis, como marcas e outros bens que não são físicos;

CONSIDERANDO que, além de ser importante para o controle interno das organizações, as quais podem registrar a entrada de uma doação, a depreciação ou mesmo o descarte de um bem, esse processo também é fundamental para atender à legislação pertinente. Afinal, as entidades sem fins lucrativos de interesse social que recebem subvenção pública precisam apresentar seus balanços patrimoniais e isso só é possível com um controle eficiente de todos os bens que elas dispõem, sem olvidar que outro benefício do controle patrimonial no Terceiro Setor é em relação à transparência e à prestação de contas.

CONSIDERANDO a existência de diversos *softwares* que possibilitam o cadastro de bens para inventário, até mesmo por meio de código de barras, e a pesquisa personalizada para localizar os itens com facilidade, além de permitirem importar bens de outros sistemas e exportá-los em forma de texto, garantindo praticidade, segurança, controle eficaz e atualização constante do controle patrimonial ao automatizar grande parte das tarefas de registros.

CONSIDERANDO, portanto, que a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Campo Grande – MS, sob a manutenção e orientação da Fundação Carmem Prudente de Mato Grosso do Sul (FCPMS), deverá implementar um Controle Patrimonial, no qual a instituição deverá detalhar todos os seus bens, distinguindo os valores disponíveis em móveis, imóveis, instalações, veículos, entre outros itens, a fim de garantir o efetivo controle e acesso à informação;

CONSIDERANDO que, a partir dos elementos de informação que já constam do Inquérito Civil em tela, em especial no que se refere às respostas e documentos apresentados, até o presente momento não se logrou êxito em demonstrar cabalmente a vantajosidade e benefícios das contratações realizadas diretamente pela Rede Feminina de Combate ao Câncer de Campo Grande – MS, sem a concorrência de pluralidade de empresas e com prévia cotação de preços e propostas de serviços;

¹ PAES, José Eduardo Sabo. Fundações, associações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis, trabalhistas e tributários / José Eduardo Sabo Paes. 9. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2018 (fls. 120, 121 e 122).



CONSIDERANDO, também, que a utilização de documentos inidôneos na prestação de contas de dispêndio de recursos públicos fere os princípios norteadores da atividade administrativa, sujeitando-se, inclusive, aos ditames da Lei n.º 8.429/1992;

CONSIDERANDO, ainda, que a implementação de um controle patrimonial e de um portal da transparência na Rede Feminina de Combate ao Câncer de Campo Grande – MS visa concretizar a eficiência dos serviços prestado à sociedade, possibilitando a administração e organização dos bens da entidade e de eventuais recursos oriundos do erário de forma segura, confiável e sempre atualizada, de maneira que qualquer cidadão possa consultar as informações quando necessário;

CONSIDERANDO, por fim, que a recomendação é um hábil instrumento de atuação do Ministério Público, visando à solução administrativa, de modo a evitar a judicialização da questão;

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, nos termos do art. 129, VI da Constituição Federal, art. 26, inc. I, alínea "a", da Lei Federal n.º 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e art. 27, I, a da Lei Complementar Estadual n.º 072, de 19 de janeiro de 1994 e art. 2º, inciso VIII, da Resolução n.º 003/2006-PGJ, RECOMENDA à Rede Feminina de Combate ao Câncer de Campo Grande – MS, sob os cuidados da Fundação Carmem Prudente de Mato Grosso do Sul (FCPMS), que:

- Quando da aquisição de bens ou serviços de qualquer natureza, proceda a abertura de procedimento interno próprio para registro documental, realizando diretamente a pesquisa de preços em, no mínimo, três diferentes fornecedores, contratando efetivamente o orçamento mais vantajoso, evitando-se, obrigatoriamente, o sobrepreço e o direcionamento da contratação.

A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado para a aquisição e contratação de bens e serviços em geral deverá ser realizada por meio pesquisa direta com, no mínimo, três diferentes fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, que será materializada em documento oficial que conterá a identificação do agente responsável pela cotação, devendo observar:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser adquirido;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

- a) descrição do objeto, valor unitário e total;
- b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;
- c) endereço, telefone de contato e e-mail; e
- d) data de emissão.

III - registro, nos autos do procedimento interno próprio da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à pesquisa de preços.

IV - Na pesquisa de preços, sempre que possível, deverão ser observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, formas de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso.

- Abstenha-se de realizar contratação direta, de serviços, obras ou produtos com recursos oriundos do erário público, a fim de que sejam observados os Princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade, Economicidade e Eficiência, bem como deixe de efetivar a contratação de empresas ou entidades das quais seus integrantes dos órgãos deliberativo, executivo e de fiscalização ou seus parentes até 3º grau sejam diretores, gerentes, sócios ou acionistas, salvo se a contratação se der em favor da entidade, a título gratuito;

- Demonstre, de maneira inequívoca, por meio de decisão fundamentada, quando do julgamento das propostas, as vantagens de economicidade ou produtividade na contratação da empresas vencedoras dos *processos de escolha*;

- Abstenha-se de proceder a aquisição de produtos e/ou serviços que não possuam o respectivo documento fiscal válido (nota fiscal ou recibo);

- Implemente, no prazo de 90 (noventa) dias, um Portal da Transparência, no *site* oficial da entidade, no qual deverá constar, com fim de dar publicidade à sociedade, as seguintes informações:



- a) cópia do estatuto social atualizado da Fundação mantenedora e do Regimento Interno da Rede Feminina de Campo Grande – MS;
- b) relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade;
- c) cópia integral dos convênios, contratos, termos de parcerias, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres realizados com o Poder Executivo federal, estadual e municipal, respectivos aditivos, e relatórios finais de prestação de contas, na forma da legislação aplicável;
- d) registros de quaisquer repasses ou transferência de recursos financeiros;
- e) registro das despesas com a juntada de notas fiscais válidas, sendo vedado o uso de documento sem valor fiscal ou inidôneo;
- f) registro das receitas com identificação da origem dos recursos (constando CPF e/ou CNPJ/MF da origem, bem como a disponibilização do comprovante de repasse);
- g) informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados (com identificação – CPF e/ou CNPJ/MS – dos eventuais fornecedores, bem como com previsão da exigência de cotação/consulta de preços), destacando, ainda, que os futuros fornecedores deverão fornecer as respectivas notas fiscais;
- h) dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades;
- i) respostas a perguntas mais frequentes da sociedade; e,
- j) cópia de outros documentos/informações que sejam de interesse público, independentemente de solicitações;

• Publique, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da assinatura, todos os contratos celebrados acima mencionados (item 6, “c”, “d” e “i”), na sua integralidade, acompanhados dos respectivos anexos e aditivos, em seu sítio eletrônico oficial.

• Implemente, no prazo de 90 (noventa) dias, um Controle Patrimonial, com a elaboração de um inventário, consistente no registro de todos os bens móveis e imóveis da entidade, que deverá observar o seguinte: cadastro da localização da coisa, assim como as características, a data e a forma pela qual foi incorporada à instituição e o valor de cada material, com o registro do número de patrimônio, a fim de facilitar a sua localização, bem como a descrição acerca de fatores como a vida útil e a depreciação dos bens;

Em atendimento ao disposto no artigo 2º, inciso VIII, da Resolução n.º 003/2006-PGJ, este Órgão Ministerial REQUISITA ainda que a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Campo Grande – MS se manifeste por escrito acerca da presente recomendação, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, quanto à intenção de acatar – ou não – a presente Recomendação, parcialmente ou por inteiro.

Atenciosamente,

Campo Grande (MS), 21 de junho de 2024.

GEVAIR FERREIRA LIMA JR.
Promotor de Justiça

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

CHAPADÃO DO SUL

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 2ª Promotoria de Justiça de Chapadão do Sul, nos termos do disposto no artigo 5º, §2º, da Resolução n.º 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial n.º 0800065-08.2023.8.12.0046 - 08.2023.00012293-3, em que consta como investigado Luan Felipe Lima de Bastos, conforme se transcreve: “*Ante o exposto, à luz dos argumentos esposados alhures, diante do falecimento do Investigado Wesley Silva Teixeira e da ausência de justa causa quanto à materialidade delitiva no que tange ao Investigado Luan Felipe Lima de Bastos, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul decide pelo **ARQUIVAMENTO** do presente inquérito policial*”.

Chapadão do Sul/MS, 26 de junho de 2024.

THIAGO BARILE GALVÃO DE FRANÇA
Promotor de Justiça

**CORUMBÁ**

EDITAL 0014/2024/05PJ/CBA

Autos de Procedimento Preparatório nº 06.2024.00000571-9

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório 06.2024.00000571-9, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Requerente: Marilu Chaves Moreno

Requeridos: Centro de Formação de Condutores Fênix Ltda.

Assunto: Apurar eventual violação aos direitos dos consumidores desta Comarca pela empresa Centro de Formação de Condutores Fênix LTDA., que teria deixado de prestar os serviços que foram contratados, sem a devida restituição dos valores pagos.

Corumbá/MS, 02 de julho de 2024.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

EDITAL 0015/2024/05PJ/CBA

Autos de Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil nº 09.2024.00006495-2

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil 09.2024.00006495-2, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Corumbá

Assunto: Acompanhamento e fiscalização das providências relacionadas a disponibilização de informações e documentos no site da Transparência do Município de Corumbá/MS.

Corumbá/MS, 02 de julho de 2024.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça



INOCÊNCIA

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Inocência, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ1, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0800476-81.2023.8.12.0036, em que constam como investigado **Jayson Fernandes Negri** e vítima **Jeronima Rosa Mendonça** conforme se transcreve:

Ante o exposto, devido a inexistência de justa causa para o prosseguimento do feito, o Ministério Público Estadual promove o ARQUIVAMENTO do presente Inquérito Policial, nada impedindo que, posteriormente, diante do surgimento de novas provas, seja procedido ao seu desarquivamento, possibilitando a deflagração da respectiva ação penal, nos termos do art. 18 do Código de Processo Penal e da Súmula nº 524 do Supremo Tribunal Federal.

No mais, em observância ao disciplinado no art. 28, caput, do Código de Processo Penal, associado ao julgamento do Supremo Tribunal Federal nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 6.298,6.299,6.300 e 6.305 e o disposto nos arts. 4º, caput e 5º, ambos da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, proceda-se à comunicação do arquivamento deste inquérito policial à autoridade policial, à vítima e ao investigado(a).

Oportunamente, findo o prazo sem apresentação de pedido de revisão da vítima ou seu representante legal, proceda-se à remessa dos autos ao juízo criminal desta comarca, nos termos do art. 4º, caput, in fine, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023. Por derradeiro, caso seja apresentado pedido de revisão pela vítima ou seu representante legal, venham-me conclusos para análise acerca de possível reconsideração da decisão de arquivamento, a teor do art. 6º, §§1º e 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023.

Inocência, 01 de julho de 2024

RONALDO VIEIRA FRANCISCO
Promotor de Justiça em substituição legal

NAVIRAÍ

EDITAL Nº 0004/2024/02PJ/NVR

Edital de Ciência de Eliminação de Documentos n. 0001/2024

A 2ª Promotoria de Justiça DA COMARCA DE NAVIRAÍ/MS faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP), se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 1/2024/02PJ/NVR, nos termos do disposto no art. 10 da Resolução nº 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022.

O prazo é de 5 (cinco) dias, contados da publicação no DOMP, para possíveis manifestações ou para possibilitar às partes interessadas requerer, a suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças de processos ou expedientes, salvo as hipóteses de sigilo previstas em legislação específica.

As eventuais manifestações deverão, até o 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, ser enviadas à 2ª Promotoria de Justiça de Naviraí, pelo e-mail <2pjnavirai@mpms.mp.br>.

Lista de Eliminação de Documentos nº 01/2024/02PJ/NVR

PROVENIÊNCIA – 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NAVIRAÍ/MS		PROCEDÊNCIA – 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NAVIRAÍ/MS		
ÓRGÃO / SETOR: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA		ÓRGÃO / SETOR – 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA		
TIPO DOCUMENTAL		JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL				
200 – Notícia de Fato: 01.2017.00007328-2, 01.2017.00009467-7, 01.2017.00009479-9, 01.2017.00007849-9, 01.2017.00004578-8, 01.2017.00008080-6,		Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2017	2018



01.2017.00009095-9, 01.2017.00009160-3, 01.2017.00008055-0, 01.2017.00007329-3, 01.2017.00009603-1, 01.2018.00012550-3, 01.2017.00005520-7, 01.2017.00009382-3, 01.2017.00008333-6, 01.2017.00007606-8, 01.2017.00006002-1, 16/2017.	A Lista de Eliminação de Documentos nº 01/2024/02PJ/NVR		
200 – Inquérito Civil: 3/2006, 06/1992, 06/1994, 38/2010, 40/2010, 44/2012, 61/2011, 153/2012, 49/2012, 231/2012, 157/2012, 164/2012, 225/2012, 208/2012, 59/2011, 174/2012, 176/2012, 172/2012, 169/2012, 165/2012, 199/2012, 170/2012, 166/2012, 158/2012, 12/2013, 5/2013, 216/2012, 2/2013, 200/2012, 224/2012, 221/2012, 203/2012, 175/2012, 227/2012, 237/2012, 214/2012, 162/2012, 168/2012, 212/2012, 171/2012, 24/2012, 22/2012, 21/2012, 40/2012, 4/2012, 27/2011, 12/2012, 31/2012, 9/2012, 64/2011, 31/2011, 30/2012, 42/2012, 45/2012, 4/1994, 155/2012, 156/2012, 4/2009, 44/2011, 48/2012, 154/2012, 2/2012, 3/2004, 25/2012, 63/2011, 27/2012, 34/2012, 32/2012, 35/2012, 28/2012, 18/2008, 2/2004, 1/2009, 6/2008, 26/2012, 23/2012, 29/2012, 20/2012, 43/2012, 33/2012, 17/2011, 5/1994, 6/2012, 1/2012, 7/2012, 152/2012, 10/2012, 53/2011.	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ. A Lista de Eliminação de Documentos nº 01/2024/02PJ/NVR	1992	2013
200 – Procedimento Preparatório 22/2011, 60/2009, 21/2011.	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ. A Lista de Eliminação de Documentos nº 01/2024/02PJ/NVR	2009	2011
200 – Investigação Preliminar 3/2001	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ. A Lista de Eliminação de Documentos nº 01/2024/02PJ/NVR	2001	2001
200 – Pedido de Providências 1/2008	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ. A Lista de Eliminação de Documentos nº 01/2024/02PJ/NVR	2008	2008
200 – Ofícios recebidos diversos	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ. A Lista de Eliminação de Documentos nº 01/2024/02PJ/NVR	2018	2018
200 – documentos diversos	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ. A Lista de Eliminação de Documentos nº 01/2024/02PJ/NVR	2013	2019
200 – Dossiê 40/2007	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ. A Lista de Eliminação de Documentos nº 01/2024/02PJ/NVR	2007	2007
Responsável pelo preenchimento: Jason Hiroyuki Herai, Técnico I. Data do preenchimento: 03/07/2024			

Naviraí/MS, 03 de julho de 2024

FERNANDA PROENÇA DE AZAMBUJA
Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0005/2024/02PJ/NVR**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, nº 50, Centro ou através do sítio eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000593-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Naviraí

Assunto: Apurar supostas irregularidades na contratação e/ou execução de serviços de tratamento de resíduos sólidos no município de Naviraí (Processo n. 421/2017 – Concorrência n. 006/2017).

Naviraí, 03 de julho de 2024

FERNANDA PROENÇA DE AZAMBUJA

Promotora de Justiça

RIO BRILHANTE**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Brilhante, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ², de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos N. 0900395-57.2024.8.12.0020, em que constam como investigado(a/s) Maximiano Torres Caetano e vítima(s) Tavico de Paula Ribeiro, conforme se transcreve: “Diante do exposto, considerando que os elementos coligidos no presente procedimento são insuficientes para dar sustentação a formação da *opinio delicti*, aliado à aplicação do princípio da insignificância, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul promove o **arquivamento** do presente Inquérito Policial, nos termos do artigo 28, do Código de Processo Penal.”.

Rio Brilhante, em 03 de julho de 2024.

JORGE FERREIRA NETO JÚNIOR

Promotor de Justiça

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2024.00007219-6;

Objeto: Acompanhar o planejamento, preparação e demais atos das Eleições Municipais de 2024.

RECOMENDAÇÃO Nº 0001/2024/11 ZE/RBH

O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, por intermédio do Promotor Eleitoral abaixo assinado, no uso das atribuições constitucionais e legais conferidas pelos artigos 127, *caput*, e 129, incisos II e IX, da Constituição Federal, e pelos artigos 6º, inciso XX, e 72, da Lei Complementar nº 75/93, RESOLVE expedir a presente **RECOMENDAÇÃO**, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO que o artigo 73, inciso VI, alínea “b”, da Lei Federal nº 9.504/97, proíbe a autorização e a veiculação – pelas esferas administrativas cujos cargos estejam em disputa – de publicidade institucional nos três meses que antecedem a eleição, ou seja, a partir de 06 de julho 2024, qualquer que seja o seu conteúdo, ressalvadas apenas as situações de grave e urgente necessidade, mediante prévia autorização da Justiça Eleitoral ou a propaganda de produtos que tenham concorrência no mercado:

² “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



VI – nos três meses que antecedem o pleito: (...)

“b) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;”

CONSIDERANDO que as condutas vedadas contidas no artigo 73, da Lei Federal nº 9.504/97, aperfeiçoam-se com a mera prática dos atos descritos na norma, independentemente da finalidade eleitoral, uma vez que constituem ilícitos de natureza objetiva (artigo 20, § 1º, da Resolução-TSE nº 23.735/2024), ou seja, não são analisados se houve dolo ou mesmo finalidade eleitoral, pois há uma proibição absoluta de não publicidade nos 3 meses que antecede a eleição (Ac.-TSE, de 8/2/2024, no AgR-AREspE n. 40523, entre outros);

CONSIDERANDO que a permanência da propaganda institucional durante o período vedado configura ilícito, ainda que a divulgação tenha sido autorizada em momento anterior e independentemente de conteúdo eleitoral da mensagem, tendo em vista a disparidade em relação aos demais candidatos que não contam com a máquina pública para a divulgação de suas campanhas (Ac.-TSE, de 23.2.2023, no AgR-AREspE nº 060038522, entre outros);

CONSIDERANDO que, a Resolução-TSE nº 23.738/2024, que estabelece o Calendário Eleitoral, prescreve em relação ao dia 06 de julho de 2024: “4. Data a partir da qual as(os) agentes públicas(os) devem adotar as providências necessárias para que o conteúdo dos sites, canais e outros meios de informação oficial exclua nomes, slogans, símbolos, expressões, imagens ou outros elementos que permitam identificar autoridades, governos ou administrações, cujos cargos estejam em disputa na campanha eleitoral, ainda que a divulgação tenha sido autorizada em momento anterior, assegurada a manutenção das informações necessárias para estrito cumprimento, pelos responsáveis, do previsto no artigo 48-A, da Lei Complementar nº 101/2000, nos artigos 8º e 10, da Lei Federal nº 12.527/2011 e no § 2º do artigo 29 da Lei Federal nº 14.129/2021.”

CONSIDERANDO que, conforme reiteradas decisões do TSE, é responsabilidade do Prefeito Municipal providenciar a retirar de publicidades anteriores, bem como proibir novas publicidades no período vedado, pois “o chefe do Poder Executivo é responsável pela divulgação da publicidade institucional em site oficial da Prefeitura, por ser sua atribuição zelar pelo conteúdo nele veiculado” (Ac.-TSE, de 23.2.2023, no AgR-AREspE nº 060038522 e, de 17.2.2022, no AgR-AREspE nº 060004759) – regra extensiva para todos os meios e formas de divulgação do poder público, inclusive em redes sociais³;

CONSIDERANDO que a publicação de atos oficiais como leis, decretos, portarias, dentre outros, especialmente no Diário Oficial, por ser requisito de validade do ato, não caracteriza publicidade institucional, daí que não abrangida pela vedação (Ac.-TSE, de 7.11.2006, no REspe nº 25.748 e Ac.-TSE, de 3.11.2005, no AgRgREspe nº 25086);

CONSIDERANDO que o artigo 73, no inciso VII, da Lei Federal nº 9.504/97 fixa limite máximo de gastos que a administração pode fazer com publicidade institucional em anos eleitorais, nos seguintes termos:

“VII - empenhar, no primeiro semestre do ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a 6 (seis) vezes a média mensal dos valores empenhados e não cancelados nos 3 (três) últimos anos que antecedem o pleito;

CONSIDERANDO que o artigo 74, também da Lei Federal nº 9.504/97 descreve como abuso de poder político a veiculação de publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos que vá além da informação, educação e orientação social e contenha nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal (artigo 37, § 1º, da Constituição Federal), conduta que se apresenta grave e perturbadora da normalidade e legitimidade das eleições;

CONSIDERANDO que publicidade institucional é toda e qualquer divulgação de atos, programas, serviços e campanhas dos órgãos públicos, produzida, confeccionada, mantida e/ou veiculada com recursos – financeiros ou

³ ELEIÇÕES 2020. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REPRESENTAÇÃO. CONDUTA VEDADA. PREFEITO. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL. DIVULGAÇÃO. PERÍODO VEDADO. **INSTAGRAM DA PREFEITURA. RESPONSABILIDADE PELA DIVULGAÇÃO CARACTERIZADA. DEVER DE ZELO. MULTA. PATAMAR ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS Nº 24 E 30/TSE. DECISÃO AGRAVADA. REITERAÇÃO DE TESES. SÚMULA Nº 26/TSE. DESPROVIMENTO. (...)**

Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial Eleitoral nº060005538, Acórdão, Min. Carlos Horbach, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, 27/09/2022.



humanos – públicos nos mais diversos meios de comunicação: rádio, TV, jornais, revistas, informativos, panfletos, placas, faixas, cartazes, sites, blogs, redes sociais, dentre outros;

CONSIDERANDO que, sites, perfis, páginas, ou contas mantidas pela administração municipal na Internet, em redes sociais e em aplicativos de mensagens instantâneas, como meio de divulgação dos atos, programas, serviços e campanhas dos órgãos públicos, são veículos de publicidade institucional que também devem observar os limites do artigo 37, § 1º, da Constituição Federal, e do artigo 73, Incisos VI, alínea “b”, e inciso VII, da Lei Federal nº 9.504/97;

CONSIDERANDO que, em 2024, essas vedações aplicam-se aos poderes Executivo e Legislativo municipais e a todos os órgãos da administração, inclusive às entidades da administração indireta;

CONSIDERANDO que a lei prevê cassação do registro ou diploma do candidato beneficiado pela publicidade institucional desvirtuada (artigo 73, § 5º, e artigo 74, ambos da Lei Federal nº 9.504/97; artigo 20, da Resolução-TSE nº 23.735/2024), além de inelegibilidade por 08 anos dos agentes responsáveis pelas condutas vedadas ou abusivas (artigo 1º, inciso I, alíneas “d” e “j”, da Lei Complementar nº 64/90), o que impõe transtornos ao processo eleitoral e frustrações ao eleitorado, pois da cassação advém, no caso de eleitos pelo pleito majoritário, a necessidade de novas eleições;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, na defesa do regime democrático e da lisura do pleito, pode e deve atuar preventivamente, contribuindo para que se evitem os atos viciosos das eleições – como os aqui indicados – e se produzam resultados eleitorais legítimos;

CONSIDERANDO que a recomendação do Ministério Público é instrumento de orientação que visa antecipar-se ao cometimento do ilícito e evitar a imposição de sanções, muitas vezes graves e com repercussões importantes nas candidaturas e nas eleições,

RECOMENDA ao Sr. Prefeito Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara, aos Srs. Secretários Municipais e eventuais dirigentes de autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista municipais dos respectivos Municípios desta Zona Eleitoral (Rio Brilhante/MS e Nova Alvorada do Sul/MS) alcançados pelas mencionadas disposições, que:

1) Não permitam, a qualquer tempo (art. 74 da Lei das Eleições, c/c art. 37, § 1º, da CF), a veiculação de publicidade institucional que, pelo conteúdo da informação ou pela inserção de nomes, símbolos ou imagens, possam promover pessoas ao eleitorado;

2) A partir de 06 de julho de 2024 (artigo 73, inciso VI, alínea “b”, da Lei das Eleições), não autorize e nem permita a veiculação de qualquer publicidade institucional, qualquer que seja o seu conteúdo, salvo (a) casos de grave e urgente necessidade, neste caso pleiteando prévia autorização da Justiça Eleitoral; (b) propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado; e (c) casos destinados exclusivamente ao enfrentamento da pandemia causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e à orientação da população quanto a serviços públicos relacionados ao combate da pandemia, resguardada a possibilidade de apuração de eventual conduta abusiva (artigo 4º, da Lei Federal nº 14.356/2022);

3) Até 06 de julho de 2024, providencie a retirada da publicidade institucional veiculada por meio de placas, faixas, cartazes, outdoors, sites na Internet, perfis, páginas ou contas em redes sociais e aplicações de mensagens instantâneas, dentre outros, admitida a permanência apenas de “placas de obras públicas, desde que não contenham expressões que possam identificar autoridades, servidores ou administrações cujos dirigentes estejam em campanha eleitoral” (Ac. TSE de 14.4.2009, no RESPE n. 26.448) e que (i) se limitem a identificar o bem ou serviço público e (ii) das informações necessárias para o estrito cumprimento, pelos responsáveis, do previsto no artigo 48-A, da Lei Complementar nº 101/2000, nos artigos 8º e 10 da Lei Federal nº 12.527/2021 e no § 2º do artigo 29 da Lei Federal nº 14.129/2021, conforme autoriza o artigo 15, 4º, da Resolução-TSE nº 23.735/2024);

4) Desde 01 janeiro de 2024, não permita o incremento da publicidade empenhando, no primeiro semestre do ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a 06 (seis) vezes a média mensal dos valores empenhados e não cancelados nos 03 (três) últimos anos que antecedem o pleito, conforme determina o artigo 73, inciso VII, da Lei Federal nº 9.504/97⁴;

⁴ Art. 73, § 14, da Lei nº 9.504/1997. Para efeito de cálculo da média prevista no inciso VII do caput deste artigo, os gastos serão reajustados pelo IPCA, aferido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que venha a substituí-lo, a partir da data em que foram empenhados.



Lembra, por oportuno, que a inobservância das vedações do artigo 73 da Lei Federal nº 9.504/97, sujeita o infrator, servidor público ou não, à pena pecuniária de 5.000 a 100.000 UFIR (de R\$ 5.320,50 a R\$ 106.410,00; artigo 20, inciso II, da Resolução-TSE nº 23.734/2024) e quando comprovada a gravidade do fato para comprometer a legitimidade do pleito, a cassação do registro ou do diploma do candidato beneficiado. Acrescenta-se que, o desvirtuamento da publicidade institucional (artigo 37, § 1º, da Constituição Federal), caracteriza o abuso de poder de autoridade, impondo também a cassação do registro do ou diploma (artigo 74, da Lei Federal nº 9.504/97). Alerta-se, ainda, havendo demonstração da gravidade dos fatos e a cassação do mandato, o responsável pelo ilícito poderá ser considerado inelegível pelo período de oito anos, a contar da data da eleição.

Por fim, em razão das tipificações supramencionadas também caracterizarem ofensas a outros diplomas legais⁵, eventual descumprimento também poderá ensejar o acionamento da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca, nos termos da Recomendação nº 110, de 30 de abril de 2024, do Conselho Nacional do Ministério Público.

Cientifique desta Recomendação o Sr. Prefeito Municipal, o Sr. Presidente da Câmara de Vereadores e o Sr. Procurador-Geral dos respectivos Municípios desta Zona Eleitoral (Rio Brilhante/MS e Nova Alvorada do Sul/MS), para que estes últimos comuniquem os Srs. Secretários Municipais e eventuais dirigentes de autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista mantidas pelos Municípios.

Publique, também, no Diário Oficial Eletrônico do MP.

Rio Brilhante/MS, em 03 de julho de 2024.

JORGE FERREIRA NETO JÚNIOR

Promotor Eleitoral

SETE QUEDAS

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça de Sete Quedas, nos termos do dispositivo no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁶, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0000353-92.2023.8.12.0044, em que constam como investigado (a) C.V.G. e como vítima (s) J.A.G , conforme se transcreve:

"promove o ARQUIVAMENTO do inquérito Policial, em virtude da ausência de legitimidade passiva ad causam – inimputabilidade penal, autor menor de 18 anos -, com a ressalva do disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal caso surjam provas substancialmente inovadoras dos fatos.

Sete Quedas (MS), 04 julho de 2024.

LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA

Promotora de Justiça em substituição legal

⁵ Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92); Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) e Decreto-Lei nº 201/67.

⁶ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



SIDROLÂNDIA

NÚMERO DO MP: 09.2024.00003657-8

RECOMENDAÇÃO N. 01/2024

O Ministério Público Eleitoral, por intermédio da Promotora Eleitoral abaixo assinado, no uso das atribuições constitucionais e legais conferidas pelos artigos 127, *caput*, e 129, II e IX, da Constituição Federal, e pelos artigos 6º, XX e 72, da Lei Complementar n.º 75/93, RESOLVE expedir a presente **RECOMENDAÇÃO**, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO que o art. 73, VI, alínea “b”, da Lei n. 9.504/97, proíbe a autorização e a veiculação – pelas esferas administrativas cujos cargos estejam em disputa – de publicidade institucional nos três meses que antecedem a eleição, ou seja, a partir de 06 de julho 2024, qualquer que seja o seu conteúdo, ressalvadas apenas as situações de grave e urgente necessidade, mediante prévia autorização da Justiça Eleitoral ou a propaganda de produtos que tenham concorrência no mercado:

VI – nos três meses que antecedem o pleito: (...)

“b) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;”

CONSIDERANDO que as condutas vedadas contidas no artigo 73 da Lei 9.504/97 aperfeiçoam-se com a mera prática dos atos descritos na norma, independentemente da finalidade eleitoral, uma vez que constituem ilícitos de natureza objetiva (art. 20, §1º, da Res.-TSE nº 23.735/2024), ou seja, não são analisados se houve dolo ou mesmo finalidade eleitoral, pois há uma proibição absoluta de não publicidade nos 3 meses que antecede a eleição. (Ac.-TSE, de 8/2/2024, no AgR-AREspE n. 40523, entre outros);

CONSIDERANDO que a permanência da propaganda institucional durante o período vedado configura ilícito, ainda que a divulgação tenha sido autorizada em momento anterior e independentemente de conteúdo eleitoral da mensagem, tendo em vista a disparidade em relação aos demais candidatos que não contam com a máquina pública para a divulgação de suas campanhas. (Ac.-TSE, de 23.2.2023, no AgR-AREspE nº 060038522, entre outros);

CONSIDERANDO que a Resolução TSE n. 23.738/2024, que estabelece o Calendário Eleitoral, prescreve em relação ao dia 06 de julho de 2024: “4. Data a partir da qual as(os) agentes públicas(os) devem adotar as providências necessárias para que o conteúdo dos sites, canais e outros meios de informação oficial exclua nomes, slogans, símbolos, expressões, imagens ou outros elementos que permitam identificar autoridades, governos ou administrações, cujos cargos estejam em disputa na campanha eleitoral, ainda que a divulgação tenha sido autorizada em momento anterior, assegurada a manutenção das informações necessárias para estrito cumprimento, pelos responsáveis, do previsto no art. 48-A da Lei Complementar nº 101/2000, nos arts. 8º e 10 da Lei nº 12.527/2011 e no §2º do art. 29 da Lei nº 14.129/2021.”

CONSIDERANDO que, conforme reiteradas decisões do TSE, é responsabilidade do Prefeito Municipal providenciar a retirar de publicidades anteriores, bem como proibir novas publicidades no período vedado, pois “o chefe do Poder Executivo é responsável pela divulgação da publicidade institucional em site oficial da Prefeitura, por ser sua atribuição zelar pelo conteúdo nele veiculado.” (Ac.-TSE, de 23.2.2023, no AgR-AREspE nº 060038522 e, de 17.2.2022, no AgR-AREspE nº 060004759) – regra extensiva para todos os meios e formas de divulgação do poder público, inclusive em redes sociais⁷;

CONSIDERANDO que a publicação de atos oficiais como leis, decretos, portarias, dentre outros, especialmente no Diário Oficial, por ser requisito de validade do ato, não caracteriza publicidade institucional, daí que não abrangida pela vedação (Ac.-TSE, de 7.11.2006, no REspe nº 25.748 e Ac.-TSE, de 3.11.2005, no AgRgREspe nº 25086);

⁷ ELEIÇÕES 2020. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REPRESENTAÇÃO. CONDUTA VEDADA. PREFEITO. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL. DIVULGAÇÃO. PERÍODO VEDADO. **INSTAGRAM DA PREFEITURA. RESPONSABILIDADE PELA DIVULGAÇÃO CARACTERIZADA. DEVER DE ZELO. MULTA. PATAMAR ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS Nº 24 E 30/TSE. DECISÃO AGRAVADA. REITERAÇÃO DE TESES. SÚMULA Nº 26/TSE. DESPROVIMENTO. (...)**

Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial Eleitoral nº060005538, Acórdão, Min. Carlos Horbach, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, 27/09/2022.



CONSIDERANDO que o art. 73, no inciso VII, da Lei 9.504/97 fixa limite máximo de gastos que a administração pode fazer com publicidade institucional em anos eleitorais, nos seguintes termos:

“VII - empenhar, no primeiro semestre do ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a 6 (seis) vezes a média mensal dos valores empenhados e não cancelados nos 3 (três) últimos anos que antecedem o pleito;

CONSIDERANDO que o art. 74, também da Lei n. 9.504/97 descreve como abuso de poder político a veiculação de publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos que vá além da informação, educação e orientação social e contenha nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal (art. 37, § 1º, da CF), conduta que se apresenta grave e perturbadora da normalidade e legitimidade das eleições;

CONSIDERANDO que publicidade institucional é toda e qualquer divulgação de atos, programas, serviços e campanhas dos órgãos públicos, produzida, confeccionada, mantida e/ou veiculada com recursos – financeiros ou humanos – públicos nos mais diversos meios de comunicação: rádio, TV, jornais, revistas, informativos, panfletos, placas, faixas, cartazes, sites, blogs, redes sociais, dentre outros;

CONSIDERANDO que sites, perfis, páginas ou contas mantidas pela administração municipal na Internet, em redes sociais e em aplicativos de mensagens instantâneas, como meio de divulgação dos atos, programas, serviços e campanhas dos órgãos públicos, são veículos de publicidade institucional que também devem observar os limites do art. 37, § 1º, da CF, e do art. 73, Incisos VI, “b” e VII da Lei 9.504/97;

CONSIDERANDO que, em 2024, essas vedações aplicam-se aos poderes Executivo e Legislativo municipais e a todos os órgãos da administração, inclusive às entidades da administração indireta;

CONSIDERANDO que a lei prevê cassação do registro ou diploma do candidato beneficiado pela publicidade institucional desvirtuada (art. 73, § 5º, e art. 74, ambos da Lei n. 9.504/97; art. 20 da REs.-TSE nº 23.735/2024), além de inelegibilidade por 8 anos dos agentes responsáveis pelas condutas vedadas ou abusivas (art. 1º, I, “d” e “j”, da LC n. 64/90), o que impõe transtornos ao processo eleitoral e frustrações ao eleitorado, pois da cassação advém, no caso de eleitos pelo pleito majoritário, a necessidade de novas eleições;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, na defesa do regime democrático e da lisura do pleito, pode e deve atuar preventivamente, contribuindo para que se evitem os atos viciosos das eleições – como os aqui indicados – e se produzam resultados eleitorais legítimos;

CONSIDERANDO que a recomendação do Ministério Público é instrumento de orientação que visa antecipar-se ao cometimento do ilícito e evitar a imposição de sanções, muitas vezes graves e com repercussões importantes nas candidaturas e nas eleições,

RECOMENDA à Sra. Prefeita Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara, aos Srs. Secretários Municipais e eventuais dirigentes de autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista municipais alcançados pelas mencionadas disposições que:

1) Não permitam, a qualquer tempo (art. 74 da Lei das Eleições, c/c art. 37, § 1º, da CF), a veiculação de publicidade institucional que, pelo conteúdo da informação ou pela inserção de nomes, símbolos ou imagens, possam promover pessoas ao eleitorado;

2) A partir de 06 de julho de 2024 (art. 73, VI, “b”, da Lei das Eleições) não autorize e nem permita a veiculação de qualquer publicidade institucional, qualquer que seja o seu conteúdo, salvo (a) casos de grave e urgente necessidade, neste caso pleiteando prévia autorização da Justiça Eleitoral; (b) propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado; e (c) casos destinados exclusivamente ao enfrentamento da pandemia causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e à orientação da população quanto a serviços públicos relacionados ao combate da pandemia, resguardada a possibilidade de apuração de eventual conduta abusiva (art. 4º da Lei n.14.356/2022);

3) Até 06 de julho de 2024 providencie a retirada da publicidade institucional veiculada por meio de placas, faixas, cartazes, outdoors, sites na Internet, perfis, páginas ou contas em redes sociais e aplicações de mensagens instantâneas, dentre outros, admitida a permanência apenas de “placas de obras públicas, desde que não contenham



expressões que possam identificar autoridades, servidores ou administrações cujos dirigentes estejam em campanha eleitoral” (Ac. TSE de 14.4.2009, no RESPE n. 26.448) e que (i) se limitem a identificar o bem ou serviço público e (ii) das informações necessárias para o estrito cumprimento, pelos responsáveis, do previsto no art. 48-A da LC nº 101/2000, nos artigos 8º e 10 da Lei nº 12.527/2012 e no §2º do art. 29 da Lei nº 14.129/2011, conforme autoriza o art. 15, 4º, da Res.-TSE nº 23.735/2024);

4) Desde 01 janeiro de 2024 não permita o incremento da publicidade empenhando, no primeiro semestre do ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a 6 (seis) vezes a média mensal dos valores empenhados e não cancelados nos 3 (três) últimos anos que antecedem o pleito, conforme determina o art. 73, VII, da Lei 9.504/97⁸.

Lembra, por oportuno, que a inobservância das vedações do art. 73 da Lei n. 9.504/97, sujeita o infrator, servidor público ou não, à pena pecuniária de 5.000 a 100.000 UFIR (de R\$ 5.320,50 a R\$ 106.410,00; art. 20, II, da Res.-TSE nº 23.734/2024) e quando comprovada a gravidade do fato para comprometer a legitimidade do pleito, a cassação do registro ou do diploma do candidato beneficiado.

Acrescenta-se que o desvirtuamento da publicidade institucional (art. 37, § 1º, da CF) caracteriza o abuso de poder de autoridade, impondo também a cassação do registro do ou diploma (art. 74 da Lei n. 9.504/97).

Alerta-se, ainda, havendo demonstração da gravidade dos fatos e a cassação do mandato, o responsável pelo ilícito poderá ser considerado inelegível pelo período de oito anos, a contar da data da eleição.

Por fim, em caso de as tipificações supramencionadas também caracterizarem ofensas a outros diplomas legais⁹, eventual descumprimento também poderá ensejar o acionamento da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca, nos termos da Recomendação nº 110, de 30 de abril de 2024, do Conselho Nacional do Ministério Público.

Cientifiquem-se desta Recomendação a Prefeita Municipal, o Presidente da Câmara de Vereadores e o Procurador-Geral do Município, para que este último comunique os Srs. Secretários Municipais e eventuais dirigentes de autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista mantidas pelo Município.

Publique-se, também, no Diário Oficial Eletrônico do MPMS.

Sidrolândia, 02 de julho de 2024.

DANIELE BORGHETTI ZAMPIERI DE OLIVEIRA
Promotora de Justiça Eleitoral

⁸ Art. 73, § 14, da Lei nº 9.504/1997. Para efeito de cálculo da média prevista no inciso VII do *caput* deste artigo, os gastos serão reajustados pelo IPCA, aferido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que venha a substituí-lo, a partir da data em que foram empenhados.

⁹ Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92); Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) e Decreto-Lei nº 201/67.